

JUNHO 2023 NOVIDADES (FISCAIS)



Suspensão parcial da atualização da taxa de CO²

Foi publicada, no Diário da República n.º 108/2023, Série I de 2023-06-05, a Portaria n.º 150-A/2023 que mantém a trajetória de descongelamento gradual da atualização da taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂, mantendo uma suspensão parcial da sua atualização.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/06/10801/000200003.pdf>

ISP - Produtos petrolíferos e energéticos

Foi publicada, em Diário da República n.º 108/2023, Série I de 2023-06-05, a Portaria n.º 150-B/2023 que revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/06/10801/000400005.pdf>

Extensão do contrato coletivo entre a APECA e FEPCES

Foi publicada, em Diário da República n.º 109/2023, Série I de 2023-06-06, a Portaria n.º 152/2023 estende o contrato coletivo entre a APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração e a FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outro.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/06/10900/0027200273.pdf>

ACT – Simulador de compensação por cessação de contrato de trabalho

A Autoridade para as Condições do Trabalho disponibilizou, no seu portal, o simulador de compensação por cessação de contrato de trabalho.

<https://portal.act.gov.pt/Pages/SimuladorCompensacaoCessacaoContratoTrabalho.aspx>

SS – Destacamento de Trabalhadores

Foi divulgado, no Portal da Segurança Social, a notícia que a partir de junho, a Segurança Social tem uma nova funcionalidade: a validação dos Documentos Portáteis A1 (DP A1), cujos principais utilizadores são as entidades e serviços de inspeção de segurança social estrangeiros, para confirmação da autenticidade de um documento.

https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/destacamento-de-trabalhador-2

Atualização intercalar das pensões em 2023

Foi publicada, em Diário da República n.º 121/2023, Série I de 2023-06-23, a Portaria n.º 172/2023 que procede à atualização intercalar das pensões em 2023.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/06/12100/000700015.pdf>

SS – Instituições particulares de solidariedade social e equiparadas

Foi publicada, em Diário da República n.º 121/2023, Série I de 2023-06-23, a Portaria n.º 173/2023 prorroga, até 30 de junho de 2023, o prazo para apresentação das contas relativas ao ano de 2022 aos serviços do Instituto da Segurança Social, I.P.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/06/12100/001600016.pdf>

Normas de proteção do consumidor de serviços financeiros

Foi divulgado, no Portal da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, uma nota informação sobre a publicação da Lei n.º 24/2023, de 29 de maio, que aprova normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, alterando os Decretos-Leis números 3/2010, de 5 de janeiro, 74-A/2017, de 23 de junho, 80-A/2022, de 25 de novembro, e 27-C/2000, de 10 de março, e a Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro.

https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/D9C6F987-E8D5-4DB8-B03A-4D2170819482/0/NotadeInforma%C3%A7%C3%A3oLei_24_2023_29demaio.pdf

Instruções Administrativas

Ofício Circulado nº	Data	Assunto
15 954	27/06/2023	Sistema das Decisões Aduaneiras (CDS) Revogação do Ofício Circulado n.º 15786 de 31/07/2020
15 956	23/06/2023	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
20 256	07/06/2023	Contrato de arrendamento - tributação da caução
20 257	21/06/2023	IRS/IRC - Utilização de automóvel próprio em serviço da entidade patronal - estacionamento e portagens
20 258	20/06/2023	Tabelas de retenção na fonte - novo modelo a aplicar a partir de 1 de julho de 2023 - perguntas frequentes
20 259	28/06/2023	IRC - RFAI - Criação e manutenção de postos de trabalho

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTOS DAS PESSOAS COLETIVAS			
12/06/2023	IRC	73.º	Operação de cisão com o destaque de parte do património de uma sociedade para constituir 2 novas sociedades - noção de ramo de atividade e regime de neutralidade fiscal
14/06/2023	CIRC	6.º	Regime de transparência fiscal
15/06/2023	CFEI II	4.º	Elegibilidade de investimentos realizados por sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos
16/06/2023	CFI	22.º	Regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) - Aquisição de equipamentos fotovoltaicos - Investimento inicial

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTOS DAS PESSOAS COLETIVAS			
16/06/2023	CIRC	86.º-A	Rendimentos a considerar para efeitos do enquadramento no regime simplificado de determinação da matéria coletável
16/06/2023	CIRC	43.º	Seguro de Saúde – Várias questões



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-833/21	22/06/2023	Endesa Generación	Tributação dos produtos energéticos e da eletricidade	Reenvio prejudicial – Tributação dos produtos energéticos e da eletricidade – Diretiva 2003/96/CE – Artigo 14.º, n.º 1, alínea a) – Isenção dos produtos energéticos e da eletricidade utilizados para produzir eletricidade – Derrogação – Tributação dos produtos energéticos por “razões de política ambiental” – Alcance
C-108/22	29/06/2023	Dyrektor Krajowej Informacji Skarbowej (TVA - Agrégateur de services hôteliers)	IVA	Reenvio prejudicial – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Regime especial das agências de viagens – Âmbito de aplicação – Consolidador de serviços de alojamento que adquire esses serviços por conta própria e os revende a outros profissionais sem serviços acessórios
C-232/22	29/06/2023	Cabot Plastics Belgium	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 44.º – Lugar das prestações de serviços – Regulamento de Execução (UE) n.º 282/2011 – Artigo 11.º, n.º 1 – Prestação de serviços – Lugar de conexão fiscal – Conceito de “estabelecimento estável” – Estrutura adequada em termos de recursos humanos e técnicos – Aptidão para receber e utilizar os serviços para as necessidades próprias do estabelecimento estável – Prestações de serviços de trabalho por encomenda e prestações acessórias – Compromisso contratual exclusivo entre uma sociedade prestadora de um Estado-Membro e a sociedade destinatária estabelecida num Estado terceiro – Sociedades juridicamente independentes